



TUDO UM MUNDO

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
3º TRIMESTRE 2024

Conteúdo

Instrumentos previsionais de gestão 2024	3
PMP e Arrears	4
Endividamento	5
Execução Orçamental da Receita	6
Execução Orçamental da Despesa	9
Equilíbrio Orçamental	14
Alterações Orçamentais	15
Análise das rubricas de Gastos e Perdas	19
Análise das rubricas de Rendimentos	23
Análise das rubricas de Investimentos	26
Indicadores Financeiros	27
Contabilidade de Gestão	29

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3º TRIMESTRE 2024

Instrumentos previsionais de gestão 2024

Com o objetivo de analisar e verificar a execução orçamental do Município, realizou-se uma breve análise comparativa dos níveis de execução durante o ano de 2024, face aos dados produzidos em período homólogo do ano 2023, tendo como base o orçamento corrigido e o executado para cada um dos respetivos anos, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança bruta e a taxa de execução da despesa à despesa realizada.

A informação financeira relativa ao ano anterior resulta da extração dos elementos à presente data.

O orçamento do Município para o exercício de 2024, no final do 3º trimestre apresentou um ajustamento de 25.062,77 milhares de euros, mediante a realização de diversas alterações orçamentais (tratadas em capítulo próprio), correspondendo a uma dotação corrigida de 297.043,01 milhares de euros (m€), composto por 199.071,17 m€ de receitas correntes e despesas correntes no montante de 201.926,88 m€. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 64.185,67 m€, sendo as despesas de 95.116,13 m€. Acresce ainda, outras receitas, num total de 33.786,17 m€ destacando-se o saldo de gerência anterior de 32.895,08 m€¹.

A comparação efetuada tem por base, para o exercício de 2023, um orçamento corrigido de 369.958,15 m€, repartido entre receitas e despesas correntes que rondaram 183.370,73 m€ e 194.292,86 m€, respetivamente, cabendo na vertente de capital uma previsão corrigida de receitas de 155.527,05 m€ e despesas de 175.665,28 m€, contemplando as outras receitas um total de 31.060,37 m€ salientando-se um saldo de gerência anterior de 30.781,19 m€.

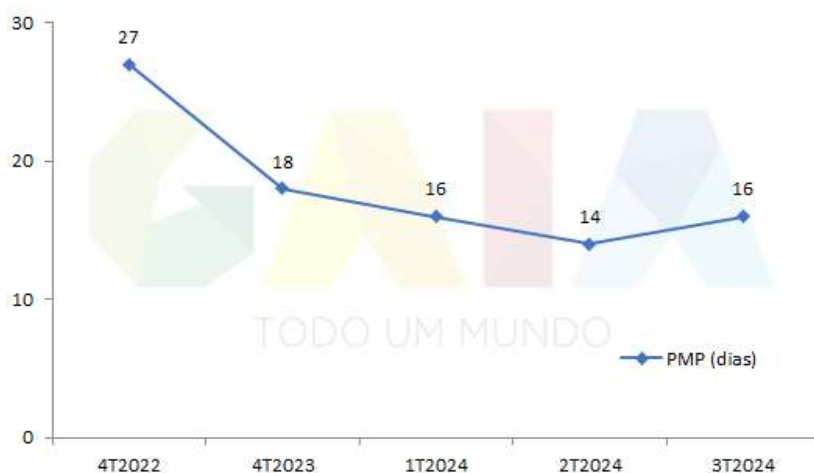
¹ Saldo da Gerência anterior apurado com base na receita cobrada líquida

PMP e Arrears

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

O Município terminou o exercício de 2023 sem qualquer pagamento em atraso, mantendo esse registo durante os primeiros três trimestres de 2024.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C, em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços e bens de capital efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.



O PMP apurado em 30/09/2024 é de 16 dias, revelando uma melhoria face aos 18 dias registados no final de 2023. Confirma-se assim, também neste último trimestre, a trajetória de redução do número de dias de prazo médio de pagamento, o qual se situa confortavelmente abaixo do prazo limite de 90 dias.

Endividamento

O endividamento municipal a 30/09/2024, considerando o enquadramento legal existente, ascende a 90.912,97 m€. Os empréstimos de médio e longo prazo (m.l.p.) representam o valor mais relevante, com 72.573,62 m€. A dívida a Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis ficou-se nos 5.119,10 m€ e a dívida de curto prazo registou o valor de 13.220,26 m€.

De referir que, do total de dívida relativa a empréstimos de m.l.p., cerca de 17%, equivalentes a 12.247,62 m€, correspondem a empréstimos excluídos do limite de endividamento por se tratar de empréstimos excecionados ao abrigo do nº 5 do art.º 52 da Lei 73/2013.

Descrição	30/09/2023	30/09/2024
Dívida de MLP	69 097,72	76 032,93
Empréstimos	64 039,71	71 056,83
Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis	5 058,02	4 976,10
Dívida de CP	14 300,93	13 220,26
Fornecedores e Outros Credores	14 300,93	13 220,26
Dívida de MLP Exigível a CP	4 654,84	1 659,78
Empréstimos	4 259,34	1 516,79
Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis	395,50	142,99
Endividamento Total	88 053,50	90 912,97

milhares de euros

Quando analisamos o mesmo período de 2023, o endividamento municipal ascende a 88.053,50 m€, dos quais, 68.299,05 m€ são referentes a empréstimos de m.l.p. junto da banca comercial, Instituto Nacional de Habitação (IHRU) e Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C). A dívida a Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis (também de m.l.p.) é de 5.453,52 m€ e a dívida de curto prazo ascende aos 14.300,93 m€.

Efetuando a comparação do endividamento total no 3º trimestre de 2024 com o do período homólogo de 2023, verifica-se um aumento na ordem dos 2.859,47 m€ motivado, sobretudo, pelo incremento do montante da dívida de m.l.p., na sua componente de empréstimos (+7.017,12 m€). Este valor é justificado pela intensificação da utilização dos valores dos empréstimos contratados para diversos investimentos conforme a progressão das respetivas empreitadas. Por outro lado, verifica-se a redução quer da dívida de curto prazo (-1.080,68 m€), quer da dívida de m.l.p. exigível a curto prazo (-2.995,06 m€), reflexo da tendência de diminuição do prazo médio de pagamentos que o Município tem vindo a registar.

Execução Orçamental da Receita

Nos primeiros nove meses de 2024, o orçamento do Município apresenta uma dotação total de receita cobrada de 198.115,93 m€, registando como receitas correntes o montante de 145.932,15 m€, e nas receitas de capital 17.905,05 m€, ao qual acrescem outras receitas, nomeadamente o saldo da gerência anterior de 32.895,08 m€ e reposições não abatidas nos pagamentos de 1.383,65 m€.

Por sua vez, no mesmo período de 2023, o orçamento do Município, apresentou uma dotação total de receita cobrada de 185.807,44 m€, registando nas receitas correntes um montante de 133.606,78 m€ e nas de capital 19.971,95 m€, acrescendo outras receitas como o saldo de gerência anterior de 30.781,19 m€ e reposições não abatidas nos pagamentos de 1.447,52 m€.

Em termos globais, a receita cobrada a 30/09/2024 apresenta um crescimento de 7 % face a igual período de 2023.

O quadro seguinte reflete a execução da receita no final do 3º trimestre de 2024, apresentando a respetiva análise comparativa com o executado no período homólogo de 2023:

C.Econ	Descrição	30/09/2023		30/09/2024		Cobrado 2024/2023	Taxa de Execução %		
		Previsão	Cobrado	Previsão	Cobrado		2023 (a)	2024 (a)	2024 (b)
RECEITAS CORRENTES		183 370,73	133 606,78	199 071,17	145 932,15	12 325,37	72,86%	73,31%	71,62%
01	Impostos diretos	97 037,70	72 153,58	101 959,68	79 452,73	7 299,15	74,36%	77,93%	75,74%
04	Taxas, multas e outras penalidades	5 485,13	3 772,11	5 943,12	4 486,85	714,74	68,77%	75,50%	73,27%
05	Rendimentos da propriedade	5 858,84	6 604,81	6 621,75	3 835,21	-2 769,59	112,73%	57,92%	57,86%
06	Transferências correntes	70 177,30	47 190,31	78 079,89	54 000,01	6 809,70	67,24%	69,16%	68,94%
07	Venda de bens e serviços correntes	2 540,87	3 780,94	3 873,83	3 977,40	196,46	148,81%	102,67%	102,37%
08	Outras receitas correntes	2 270,89	105,03	2 592,90	179,94	74,91	4,62%	6,94%	-24,61%
RECEITAS DE CAPITAL		155 527,05	19 971,95	64 185,67	17 905,05	-2 066,89	12,84%	27,90%	27,44%
09	Venda de bens de investimento	288,99	787,67	455,87	305,48	-482,19	272,56%	67,01%	62,87%
10	Transferências de capital	97 736,95	16 145,34	26 641,55	5 602,45	-10 542,90	16,52%	21,03%	20,06%
11	Ativos financeiros	0,20	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	56 036,66	3 009,90	35 587,27	11 866,05	8 856,15	5,37%	33,34%	33,34%
13	Outras receitas de capital	1 464,25	29,04	1 500,78	131,07	102,04	1,98%	8,73%	7,88%
OUTRAS RECEITAS		31 060,37	32 228,71	33 786,17	34 278,72	2 050,01	103,76%	101,46%	101,26%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	279,18	1 447,52	891,09	1 383,65	-63,88	518,49%	155,28%	147,84%
16	Saldo da gerência anterior	30 781,19	30 781,19	32 895,08	32 895,08	2 113,89	100,00%	100,00%	100,00%
TOTAL		369 958,15	185 807,44	297 043,01	198 115,93	12 308,49	50,22%	66,70%	65,44%

(a) Receita Cobrada Bruta/Previsão
 (b) Receita Cobrada Líquida/Previsão
 milhares de euros

Da análise efetuada ao quadro anterior, destaca-se uma evolução positiva no global da receita entre 2024/2023, com um aumento de 12.308,49 m€. O acréscimo registou-se, principalmente, ao nível das Receitas Correntes (mais 12.325,37 m€). Também as Outras Receitas tiveram uma evolução positiva, mais 2.050,01 m€, desagregado da seguinte forma: 2.113,89 m€ de aumento do Saldo da Gerência Anterior e 63,88 m€ de diminuição das Reposições Não Abatidas nos Pagamentos. As Receitas de Capital registaram um ligeiro recuo de 2.066,89 m€ face ao mesmo período de 2023.

Relativamente à Receita Corrente Bruta arrecadada, esta ascendeu a 145.932,15 m€ no final do 3º trimestre de 2024 e a 133.606,78 m€ em idêntico período de 2023, o que corresponde a uma variação 2024/2023 de 9,2%, traduzida em mais 12.325,37 m€, em termos absolutos. Este aumento global reflete um acréscimo generalizado de quase todas as rubricas da receita correntes com destaque para as rubricas de Impostos diretos e de Transferências correntes (as receitas relativas a Rendimentos da Propriedade são as únicas a registar uma diminuição de 2.769,59 m€).

No que concerne aos Impostos Diretos, constata-se que, até final de setembro de 2024, perfazem um montante de 79.452,73 m€, revelando um aumento de 10,1% face ao valor atingido no mesmo período do ano anterior, o que corresponde a mais 7.299,15 m€. Este aumento resulta das variações positivas registadas nas rubricas do IMT, IUC e Derrama. O IMT regista 34.052,70 m€ de receita cobrada, e um crescimento de 23%, correspondente a mais 6.376,58 m€. As receitas do IUC, a 30/09/2024, ascendem a 8.583,85 m€, mais 560,13 m€ em comparação com o valor registado a 30/09/2023. A Derrama, apresenta 9.562,06 m€ de receita cobrada no período em análise, um aumento de 12,9%, traduzido em mais 1.093,80 m€ face a idêntico período do ano anterior. As receitas cobradas de IMI apresentaram um decréscimo de 724,99 m€ face a idêntico período de 2023.

Relativamente às Transferências Correntes apresentam nos primeiros nove meses de 2024, uma variação a ordem dos 6.809,70 m€, o que corresponde a mais 14,4% face ao período homólogo de 2023. Em termos absolutos, registou o segundo maior montante de Receita Corrente cobrada com o montante de 54.000,01 m€. Esta evolução resulta, essencialmente, das verbas recebidas no âmbito da transferência de competências do Estado Central para as Autarquias Locais: o Município de Gaia recebeu, neste primeiros nove meses de 2024 o montante de 22.504,61 m€ no âmbito da transferência das áreas da educação, ação social e saúde. Refira-se que as competências na área da saúde foram recebidas apenas em outubro de 2023, pelo que o montante de 17.979,41 m€ receita cobrada líquida recebida em igual período de 2023 refere-se apenas às áreas educação e da ação social (transferidas em abril de 2022 e em dezembro de 2022, respetivamente).

A receita bruta relativa a Taxas, multas e outras penalidades regista um valor de 4.486,85 m€ e um aumento de 714,74 m€, face ao valor registado no final do 3º trimestre de 2023, explicado sobretudo pelo aumento quase generalizado de todas as suas rubricas, e em particular, da rubrica referente a outras taxas específicas das autarquias locais, que totalizou a 30/09/2024 1.703,46 m€, mais 381,58 m€ do que o valor registado no mesmo período de 2023 e da rubrica referente a taxa turística que registou o montante de 1.487,26 m€, mais 309,64 m€ do que o

valor registado no período homólogo. Ao nível da cobrança de Coimas e Penalidades por Contraordenações também se verifica um incremento de 11,05 m€, registando o valor de 723,50 m€ de receita cobrada no final do 3º trimestre.

Relativamente às receitas de Rendimentos da Propriedade, verifica-se ser esta a única rubrica das receitas correntes que verificou um recuo de 2.769,59 m€ face ao valor registado no final do 3º trimestre de 2023. O montante de receita de Rendimentos da Propriedade a 30/09/2024 é de 3.835,21 m€ provenientes, em grande parte, de Rendas de Bens de Domínio Público (3.025,02 m€). A diminuição registada nas receitas de Rendimentos da Propriedade resulta, essencialmente, do momento de registo da cobrança das rendas relativas à concessão de distribuição de energia elétrica paga pela E-Redes: no final de setembro de 2024 estavam cobradas, apenas, as rendas do 1º e 2º trimestres (a renda do 3º trimestre de 2024 foi recebida no início do mês de outubro), por sua vez, no final de setembro de 2023 temos o registo, além das rendas dos três trimestres, da renda do 4º trimestre de 2022 (recebida no início de 2023).

Ao nível das receitas de capital, verifica-se, a 30/09/2024, um valor de receita cobrada bruta de 17.905,05 m€ e um decréscimo de 2.066,89 m€, em comparação com o valor registado em idêntico período do ano de 2023, resultado da variação negativa verificada nas rubricas de Transferências de Capital e de Venda de Bens de Investimento que foi, em parte, compensada pela variação positiva dos Passivos Financeiros e Outras Receitas de Capital.

Os Passivos Financeiros, nos nove primeiros meses de 2024, apresentam um peso relativo de 66,3% do total de receita de capital arrecadada, e um montante de 11.866,05 m€, o que corresponde a mais 8.856,15 m€ do que o valor registado no mesmo período de 2023. Esta variação decorre por um lado, da libertação de oito tranches no valor total de 5.940,0 m€ do empréstimo de m.l.p. de 17.916,47 m€ e de seis tranches no valor de 4.478,22 m€ do empréstimo de m.l.p. de 38.988,22 m€, ambos da Caixa Geral de Depósitos, S.A. destinados ao financiamento de diversos investimentos e, por outro, de diversos desembolsos relativos a financiamentos reembolsáveis concedidos ao Município, no valor total de 1.447,82 m€, dos quais se destaca o valor 1.181,46 m€ recebido no âmbito do financiamento da operação "Implementação de corredores BUS em solução pré-metro - 1ª Fase - Avenida Vasco da Gama (EN 222)".

Relativamente às Transferências de Capital, o seu valor de 5.602,45 m€ advém na totalidade de Transferências com origem na Administração Central, que no final do 3º trimestre registam uma diminuição de 10.542,90 m€ face ao valor recebido no período homólogo, com destaque

para o valor recebido relativo à participação comunitária em projetos cofinanciados cujo valor de receita cobrada bruta ascendeu, no 3º trimestre de 2024, a 2.016,41 m€, menos 12.136,28 m€ em comparação com o valor registado no período homólogo de 2023.

Da análise suprarreferida, ressalta que no 3º trimestre do ano de 2024, a taxa de execução das Receitas Correntes ascendeu a 73,31%, registando um decréscimo de 0,45 p.p. face a idêntico período de 2023, e as Receitas de Capital apresentam uma taxa de execução de 27,90%, registando, um acréscimo 15,06 p.p., comparativamente com o valor registado no ano transato.

Por fim, importa referir que a taxa de execução da receita bruta total a 30/09/2024 foi de 66,70%, valor acima do valor apresentado a 30/09/2023, que se centrou nos 50,22%, verificando-se um significativo acréscimo de 16,48 p.p.

Execução Orçamental da Despesa

A despesa total, no final do terceiro trimestre de 2024, foi de 156.352,86 m€, apresentando um agravamento de 10.611,71 m€ face ao período homólogo de 2023, no qual a despesa total ficou-se pelos 145.741,15 m€. Na base deste aumento destaca-se o incremento da despesa corrente, mais 12.196,43 m€ em comparação com o 3º trimestre de 2023. As Despesas de Capital registam uma diminuição de 1.584,72 m€, dos 37.161,60 m€ registados no 3º trimestre de 2023 para os 35.576,88 m€ apurados no mesmo período de 2024.

Esta evolução encontra-se desagregada no quadro seguinte:

C.Econ.	Descrição	30/09/2023		30/09/2024		Despesa Paga 2024/2023	Taxa de Execução %	
		Dotações corrigidas	Despesa paga	Dotações corrigidas	Despesa paga		2023	2024
DESPESAS CORRENTES		194 292,86	108 579,55	201 926,88	120 775,98	12 196,43	55,88%	59,81%
01	Despesas com o pessoal	76 898,50	51 926,12	84 675,99	57 687,60	5 761,48	67,53%	68,13%
02	Aquisição de bens e serviços	73 380,80	29 933,13	76 460,53	37 382,63	7 449,50	40,79%	48,89%
03	Juros e outros encargos	3 237,87	1 746,73	4 543,38	2 556,60	809,88	53,95%	56,27%
04	Transferências correntes	24 761,30	15 862,03	20 592,78	14 304,61	-1 557,42	64,06%	69,46%
05	Subsídios	13 337,97	7 764,92	12 928,72	7 252,30	-512,62	58,22%	56,09%
06	Outras despesas correntes	2 676,42	1 346,62	2 725,49	1 592,23	245,61	50,31%	58,42%
DESPESAS DE CAPITAL		175 665,28	37 161,60	95 116,13	35 576,88	-1 584,72	21,15%	37,40%
07	Aquisição de bens de capital	163 715,81	27 585,85	80 632,01	25 721,34	-1 864,51	16,85%	31,90%
08	Transferências de capital	1 874,97	1 174,88	3 842,73	2 111,35	936,46	62,66%	54,94%
09	Ativos financeiros	0,60	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10	Passivos financeiros	9 389,40	7 716,77	10 640,49	7 744,19	27,42	82,19%	72,78%
11	Outras despesas de capital	684,50	684,10	0,40	0,00	-684,10	99,94%	0,00%
TOTAL		369 958,15	145 741,15	297 043,01	156 352,86	10 611,71	39,39%	52,64%

milhares de euros

As Despesas Correntes, com um total de 120.775,98 m€, tiveram um aumento de 12.196,43 m€ face ao mesmo período de 2023. Este aumento resulta do incremento da maioria das componentes da Despesa Corrente, com particular destaque para as despesas com a aquisição

de bens e serviços (mais 7.449,50 m€) e para as despesas com o pessoal (mais 5.761,48 m€). Os juros e outros encargos e as outras despesas correntes registaram aumentos mais ligeiros de 809,88 m€ e 245,61 m€, respetivamente. Por outro lado, verificou-se uma diminuição na despesa com transferências correntes (menos 1.557,42 m€) e com subsídios (menos 512,62 m€).

As Despesas com Pessoal totalizaram, no terceiro trimestre de 2024, 57.687,60 m€, representando cerca de 37% do total da despesa executada. O montante da rubrica de remunerações certas e permanentes ascendeu a 43.178,48 m€, evidenciando um peso nas despesas de pessoal de 75%. A contribuir para o aumento das Despesas com o Pessoal nestes 3 trimestres de 2024, tivemos como fator determinante a receção das competências na área da saúde, concretizada em outubro de 2023. Além disso, houve também os aumentos definidos a nível governamental, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto de 2023, que estabelece um regime especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público, que produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024;
- Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro de 2023, que aprovou medidas de valorização dos trabalhadores que exercem funções públicas com efeitos a 01 de janeiro de 2024;
- Decreto-Lei n.º 6/2024, de 5 de janeiro de 2024, que procedeu à valorização remuneratória da carreira de polícia municipal, com efeitos a 2023;
- Decreto-Lei 13/2024, de 10 de janeiro de 2024, que aprovou medidas de valorização dos trabalhadores da administração pública que inclui a alteração das percentagens a pagar por trabalho suplementar para trabalhadores com mais de 100 horas anuais de trabalho suplementar.

As aquisições de bens e serviços correntes, registam um aumento de 7.449,50 m€, passando de 29.933,13 m€ registados no 3º trimestre do ano de 2023 para 37.382,63 m€ no mesmo período de 2024, alavancado pelo aumento verificado na aquisição de serviços, de mais 6.741,49 m€ face a 2023. Relativamente à aquisição de bens, verifica-se também um aumento da despesa executada, face ao período homólogo de 2023, mas de apenas 708,01 m€.

No que concerne à aquisição de serviços, o total de despesa executada ascende a 31.833,08 m€, dos quais se destacam os “Outros serviços” com 12.709,79 m€ e os “Encargos das instalações” que ascendem a 4.959,27 m€. De referir que os valores dos encargos com instalações incluem 288,18 m€ de despesa paga relativos à transferência de competências da Saúde.

As transferências correntes registaram uma diminuição de 1.557,42 m€, neste período, passando dos 15.862,03 m€ registados em 2023, para 14.304,61 m€ em 2024. De realçar as transferências correntes para a administração local, que a 30/09/2024, totalizam 5.089,54 m€, desagregados entre transferências correntes para as freguesias – no valor de 3.095,14 m€, e transferências para a Área Metropolitana do Porto, no valor de 1.994,40 m€, dos quais 1.655,54 m€ são relativos à comparticipação do Município referente aos anos 2022 e 2023 do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) - Passe Único. As transferências correntes para as famílias, nos nove primeiros meses de 2024, registam menos 3.949,95 m€ do que o valor registado no mesmo período do ano anterior, e ascendem a 1.369,10 m€, dos quais 726,69 m€ são relativos ao 4º trimestre de 2023 do Protocolo de colaboração TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE e Município de Vila Nova de Gaia Andantes “Passe 4_18 @escola.tp” e “Passe Sub23@superior.tp”.

Relativamente às transferências correntes destinadas a Instituições sem fins lucrativos, no presente trimestre representam cerca de 40% do total das transferências correntes, com um montante de despesa paga de 5.790,76 m€ e um acréscimo de 543,12 m€ face a igual período de 2023, com destaque para:

- Protocolo de acordo GAIAaprende + com 1.529,60 m€ pagas até 30/09/2024;
- Protocolo de colaboração - Acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, no âmbito da Descentralização na área da Ação Social, com um valor de despesa paga de 1.325,20 m€;
- Protocolo GAI@prende + i que totalizou 621,90 m€;
- Apoio a diversas coletividades e instituições, nomeadamente, para a realização de festividades locais no total de 437,35 m€;
- Protocolo de colaboração entre O Município de Vila Nova de Gaia e Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários sediadas no concelho – Apoio à atividade no valor global de 181 m€.

O montante de juros pagos pelo Município até ao final do 3º trimestre de 2024 atingiu o valor de 2.556,60 m€, mais 809,88 m€ do que no mesmo período de 2023 resultantes, sobretudo, do aumento das taxas de juro com efeitos a partir do 2º trimestre de 2023, tanto ao nível dos empréstimos de médio e longo prazo, como do contrato de locação financeira. A execução de 10.418,23 m€ em empréstimos para investimentos diversos durante estes primeiros nove meses do ano de 2024 também se fez refletir no montante de juros pagos neste período.

Ao nível dos Subsídios, verifica-se um decréscimo de despesa paga de 512,62 m€, explicado da seguinte forma:

- o valor de despesa paga a 30/09/2024 refere-se a três tranches do contrato de concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros explorado pela STCP (num total de 1.927,48 m€), em 30/09/2023 esse valor foi de 1.706,98 m€;
- dos 6.600 m€ de despesa anual prevista ao abrigo do contrato-programa celebrado entre o Município e a entidade Águas de Gaia EM, S.A., no final do terceiro trimestre de 2024 tinham sido pagos 4.950 m€, o mesmo valor executado em igual período de 2023;
- relativamente ao contrato-programa celebrado entre o Município e a Gaiurb – Urbanismo e Habitação, E.M., parte do valor do ano de 2023 foi pago neste primeiro semestre de 2024 (250 m€), a despesa prevista para este ano não teve execução até 30/09/2024;
- com sinal inverso, i.e., revelando uma redução na ordem dos 983,12 m€, temos os subsídios pagos pelo Município para cobertura de prejuízos, que em 30 de setembro de 2023 somaram 1.107,95 m€ (S.T.C.P – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A., Município – Empresa Cartografia e Sistemas de Informação, S.A. e Gaia Futuro – Cooperativa de Interesse público, CRL.) e no mesmo período de 2024 foram apenas 124,82 m€ (Município – Empresa Cartografia e Sistemas de Informação, S.A., Inovagaia – Assoc. para Centro de Incubação da Base Tecnológica e GaiaFuturo – Cooperativa de Interesse Público, CRL).

Na vertente da Despesa de Capital, as rubricas com maior expressividade são as aquisições de bens de capital, cifrando-se em 25.721,34 m€, seguida pelos passivos financeiros com um volume de 7.744,19 m€. No final do terceiro trimestre de 2024, as Despesas de Capital totalizam 35.576,88 m€ e registaram um decréscimo de 1.584,72 m€ face ao mesmo período ano anterior. Esta variação negativa é imputada à diminuição das Aquisições de bens de capital que apresenta menos 1.864,51 m€, e das Outras despesas de capital, com menos 684,10 m€. É parcialmente compensada pelo aumento da despesa com Transferências de Capital (mais 936,46 m€) e pelo aumento da despesa com os Passivos Financeiros (mais 27,42 m€).

No final do terceiro trimestre de 2024, a despesa com Aquisições de bens de capital representam 72% da despesa de capital, com um valor total de 25.721,34 m€, destacando-se os investimentos realizados nas “Construções diversas” nomeadamente na rubrica “Viadutos, arruamentos e obras complementares” (com o valor de 7.200,76 m€ e mais 837,41 m€

investidos do que no período homólogo do ano anterior), e na rubrica “Viação rural” (que registou o valor de 2.787,95 m€ e um expressivo incremento de 1.268,31 m€ face a igual período de 2023). São, essencialmente, despesas realizadas no âmbito reformulação da rede viária e pedonal e beneficiação do pavimento de diversos locais do Município. De referir ainda os investimentos realizados em “Edifícios” concretamente em “Instalações desportivas e recreativas” com um total de despesa paga de 3.824,14 m€, e um acréscimo de 1.152,98 m€ face ao investimento realizado no mesmo período do ano anterior, a destacar as obras do Pavilhão Multiusos dos Arcos do Sardão e do Pavilhão Municipal de Santa Marinha, com um total de despesa paga, a 30/09/2024, de 3.247,52 m€ e 424,72 m€, respetivamente.

Resta referir que nos primeiros nove meses de 2024, a despesa corrente apresenta uma taxa de execução de 59,81%, observando-se um acréscimo de 3,93 p.p., face a 2023. De igual modo, a taxa de execução da despesa de capital no período em análise apresenta um aumento de 16,25 p.p., passando de 21,15% no 3º trimestre de 2023 para 37,40% em idêntico período de 2024.

Analisando a despesa no seu todo, constata-se que até final do 3º trimestre de 2024 a taxa de execução perfez 52,64%, mais 13,25 p.p., comparativamente com os 39,39% atingidos em igual período de 2023.

Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Descrição		Prestação de Contas 2023	ORÇAMENTO INICIAL	30/09/2024 (previsões/dotações corrigidas)
Variáveis relevantes para o controlo da regra do equilíbrio orçamental	A - Receitas correntes brutas	188 886,44	196 766,36	222 686,67
	B - Despesas correntes	157 209,54	177 623,77	201 926,88
	C - Saldo corrente (A-B)	31 676,90	19 142,59	20 759,79
	D - Amortização média dos EMLP	9 457,99	12 448,73	9 968,05
Resultado apurado atendendo à regra do equilíbrio orçamental	E - Montante (C-D)	22 218,91	6 693,86	10 791,74
	F - Percentagem $[A/(B+D)]$	113,3%	103,5%	105,1%

NOTA: as Receitas correntes brutas a 31/12/2023 englobam a incorporação do Saldo da Garantia Anterior - parte corrente

(milhares de €)

Face ao referido articulado, e como se poderá verificar no quadro acima, no final do 3º trimestre de 2024, o Município mantém o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental previsto no RFALEI.

Alterações Orçamentais

Até final de setembro de 2024, realizaram-se 55 alterações orçamentais, das quais, dez foram modificativas.

Estas alterações permitiram acomodar e gerir o orçamento em função das necessidades diárias, indo de encontro à tomada de decisão.

Os reforços/inscrições e diminuições/anulações nas diferentes contas da receita e da despesa decorrentes das referidas alterações orçamentais realizadas entre janeiro e setembro de 2024, encontram-se resumidas nos quadros que se seguem:

DOTAÇÕES DA RECEITA				
CLASSIFICAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01 IMPOSTOS DIRETOS	101 959,68 €	0,00 €	0,00 €	101 959,68 €
02 IMPOSTOS INDIRETOS				
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	5 943,12 €	0,00 €	0,00 €	5 943,12 €
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	6 621,75 €	0,00 €	0,00 €	6 621,75 €
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	75 775,08 €	6 406,31 €	4 101,50 €	78 079,89 €
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3 873,83 €	0,00 €	0,00 €	3 873,83 €
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2 592,90 €	0,00 €	0,00 €	2 592,90 €
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	455,87 €	0,00 €	0,00 €	455,87 €
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	38 991,86 €	3 663,14 €	16 013,44 €	26 641,55 €
11 ATIVOS FINANCEIROS	0,20 €	0,00 €	0,00 €	0,20 €
12 PASSIVOS FINANCEIROS	33 374,08 €	6 441,95 €	4 228,76 €	35 587,27 €
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 500,78 €	0,00 €	0,00 €	1 500,78 €
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	891,09 €	0,00 €	0,00 €	891,09 €
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00 €	32 895,08 €	0,00 €	32 895,08 €
Totais	271 980,24 €	49 406,47 €	24 343,70 €	297 043,01 €

(milhares de euros)

As alterações orçamentais à Receita, verificadas nos primeiros nove meses do ano, foram no sentido do seu reforço, tendo sido acrescidos 25.062,77 m€ face às Previsões Iniciais. De entre as variações ocorridas nos primeiros nove meses de 2024, é de destacar os seguintes registos:

- A integração do Saldo da Gerência Anterior (32.895,08 m€, dos quais 1.184 m€ relativos a receita consignada);
- A variação registada ao nível dos Passivos Financeiros (Cl.Ec.12) resulta da inscrição do novo financiamento bancário destinado à aquisição de veículos, máquinas para obras e edifícios para instalação de serviços municipais, no montante de 6.041,95 m€, relativamente ao qual, em resultado da reprogramação de encargos, uma parte equivalente a 2.966,76 m€ passou a constituir receita do ano seguinte. Adicionalmente, procedeu-se ao reforço no valor de 400,00 m€, sendo retirado o mesmo valor no ano de 2025, para obras de manutenção corrente na Escola Básica de Espinho, empreitada financiada por empréstimo do âmbito do Acordo Quadro Singular para a reabilitação, manutenção, conservação e ampliação de equipamentos

- e à diminuição no valor de 1.262,00 m€ relativo à reprogramação de encargos da empreitada para a construção do Pavilhão de S. Félix da Marinha;
- Inscrição dos valores de 2.576,02 m€ em Transferências Correntes (Cl.Ec.06) e de 1.970,33 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10) referentes ao financiamento do Programa de Recuperação e Resiliência “Plano de Ação das Comunidades Desfavorecidas”, devido a candidaturas aprovadas, em que parte dos valores não estava prevista no orçamento inicial;
 - Reforço da comparticipação do financiamento do Programa Recuperação e Resiliência relativo à “Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais - Creches Municipais” e ao “Radar Social” que originou a inscrição de 461,66 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10);
 - Inscrição do valor de 1.148,33 m€ em Transferências de capital (Cl.Ec. 10) destinados à reprogramação de fonte de financiamento (PRR - candidatura “Requalificação da Unidade de Saúde dos Carvalhos”;
 - Diminuição do valor registado nas Transferências de capital (Cl.Ec.10), designadamente, 700 m€ referente ao financiamento do Fundo Ambiental “Posto de Abastecimento de Hidrogénio”, e 75 m€ relativos à beneficiação Paisagística do Jardim de Santos Pousada, motivado pela desistência das respetivas candidaturas, e 500 m€ por ajustamento do Contrato de Mandato com a Gaiurb – Manutenção de Empreendimentos Sociais no âmbito do Programa 1º Direito;
 - Ajustamento dos encargos do contrato de comparticipação referente à concessão de um apoio financeiro não reembolsável, destinado a financiar a realização do projeto designado por “Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação” no âmbito do 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação que se materializou na diminuição de 13.997,44 m€ no valor registado nas Transferências de capital (Cl.Ec.10);
 - Ajustamento da rubrica de transferências Correntes (Cl. Ec. 06), no valor de 3.701,58 m€, relativo ao financiamento ao abrigo do art.º 35, nº 5 da Lei 73/2013, já previsto no orçamento inicial (Cl. Económica 06030199 Outros), conforme disposto no n.º 11 do artigo 52.º da LOE/2024 “*Excecionalmente, o montante distribuído para efeitos do n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2023, de 3 de setembro, assume em 50 % a natureza de transferência de capital*”, uma vez que para o registo da receita foi criada, em SISAL, no Classificador Económico a seguinte classificação 06030108 – art.35, Nº 3 da Lei Nº 73/2013;

DOTAÇÕES DA DESPESA					
CL. ECON.	CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01	DESPESAS COM O PESSOAL	77 338,83 €	10 311,16 €	2 974,00 €	84 675,99 €
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	67 224,77 €	28 473,61 €	19 237,85 €	76 460,53 €
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	3 927,58 €	628,40 €	12,60 €	4 543,38 €
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15 157,78 €	9 065,00 €	3 630,00 €	20 592,78 €
05	SUBSÍDIOS	12 345,92 €	859,40 €	276,60 €	12 928,72 €
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 628,89 €	1 849,80 €	753,20 €	2 725,49 €
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	84 164,15 €	26 958,10 €	30 490,24 €	80 632,01 €
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	861,53 €	3 589,00 €	607,80 €	3 842,73 €
09	ATIVOS FINANCEIROS	0,50 €	- €	- €	0,50 €
10	PASSIVOS FINANCEIROS	9 304,99 €	1 410,00 €	74,50 €	10 640,49 €
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	25,30 €	234,10 €	259,00 €	0,40 €
Totais		271 980,24 €	83 378,57 €	58 315,79 €	297 043,01 €

(milhares de euros)

Do lado da Despesa, durante os primeiros nove meses de 2024, houve um total de 83.378,57 m€ de inscrições/reforços e de 58.315,79 m€ de diminuições/anulações.

As contas de Aquisição de Bens e Serviços (Cl.Ec.02) e as Despesas com o Pessoal (Cl.Ec.01), entre inscrições/reforços e diminuições/anulações, registaram Dotações Corrigidas, no final do 3º trimestre, de 76.460,53 m€ e de 84.675,99 m€, respetivamente. Foram, deste modo, e no que a despesas correntes diz respeito, as que registaram maiores variações em termos absolutos, no período em análise, com +9.235,75 m€ e + 7.337,16 m€, respetivamente, isto face à Dotação Inicial.

Ao nível da Aquisição de Bens e Serviços, a maior variação é ao nível da Aquisição de Serviços, com mais 9.403,15 m€ acrescidos à dotação inicial. De entre estes reforços nas rubricas de serviços, o destaque vai para as verbas destinadas a “Outros serviços” (mais 5.761,59 m€) e a “Encargos de instalações” (mais 3.451,90 m€).

Relativamente às Despesas com o Pessoal, o maior reforço, em termos absolutos, verificou-se nas Remunerações Certas e Permanentes, com mais 5.340,46 m€, que passou de uma dotação inicial de 57.678,23 m€ para uma dotação corrigida no final do 3º trimestre de 63.018,69 m€, e respetivos encargos com a Segurança Social (mais 1.189,30 m€).

Ainda no âmbito das despesas correntes, de referir o crescimento de 36% registado ao nível da rubrica Transferências Correntes (Cl.Ec.04), com o maior reforço, em termos absolutos, verificado ao nível das transferências destinadas às “Instituições sem fins lucrativos” (mais 3.249,60 m€, passou de uma dotação inicial de 5.847,01 m€ para uma dotação corrigida no final do 3º trimestre de 9.096,61 m€.

No que concerne a despesas de capital, as rubricas de Transferências de Capital (Cl.Ec.08) acumulam, até ao final do 3º trimestre, a maior variação em termos absolutos, registando mais 2.981,20 m€ face à Dotação Inicial, com uma Dotação Corrigida a 30/09/2024 de 3.842,73 m€.

De referir ainda o decréscimo verificado, face à Dotação Inicial, no valor de 3.532,14 m€ nas rubricas de Aquisição de Bens de Capital (Cl.Ec.07) registando uma Dotação Corrigida no final de setembro de 2024 de 80.632,01m€.

De referir ainda a variação de 14% verificada nos Passivos financeiros (Cl.Ec.10), com mais 1.335,50 m€ face à dotação inicial, sendo 1.309,10 m€ para reforço da rubrica pela contratação do novo financiamento bancário, no valor de 6.041,95 m€ destinado à aquisição de veículos, máquinas para obras e edifícios para instalação de serviços municipais.

Análise das rubricas de Gastos e Perdas

Os gastos totais registados até ao final do 3º trimestre de 2024 ascenderam a 141.680,34 m€, o que representa um acréscimo de 8% em relação a idêntico período de 2023.

A decomposição dos Gastos e Perdas no final do 3º trimestre foi a seguinte:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2023		30/09/2024		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
6	GASTOS	131 279,89	100%	141 680,34	100%	10 400,45	8%
60	Transferências e subsídios concedidos	25 861,20	20%	28 401,56	20%	2 540,36	10%
61	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	2 896,84	2%	1 169,26	1%	-1 727,58	-60%
62	Fornecimentos e serviços externos	27 136,02	21%	34 292,57	24%	7 156,55	26%
63	Gastos com o pessoal	42 341,77	32%	46 451,24	33%	4 109,47	10%
64	Gastos de depreciação e de amortização	22 487,40	17%	23 218,49	16%	731,10	3%
65	Perdas por imparidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
67	Provisões do período	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
68	Outros gastos	8 901,51	7%	5 894,84	4%	-3 006,67	-34%
69	Gastos por juros e outros encargos	1 655,16	1%	2 252,37	2%	597,21	36%

milhares de euros

Os gastos mais significativos foram os Gastos com o Pessoal com um total de 46.451,24 m€, os Fornecimentos e Serviços Externos com um valor absoluto de 34.292,57 m€ e as Transferências e subsídios concedidos que somam 28.401,56 m€. Todos eles registam aumentos face ao mesmo período de 2023, de 4.109,47 m€, de 7.156,55 m€, e de 2.540,36 m€, respetivamente.

Efetuada uma análise aos Gastos com o Pessoal verifica-se que, no 3º trimestre de 2024, correspondem à rubrica com maior peso no total dos gastos (33%) e a 2ª a rubrica com maior variação em termos absolutos (mais 4.109,47 m€, face ao mesmo período de 2023).

Numa análise mais pormenorizada das componentes de Gastos com Pessoal verifica-se que as variações mais relevantes se registaram ao nível das Remunerações do Pessoal (mais 4.182,26 m€) e dos Encargos sobre remunerações (mais 1.076,46 m€).

A descentralização de competências na área da saúde, que ocorreu em outubro de 2023 (no 4º trimestre, portanto), assim como, a novas contratações de pessoal, a atualização de tabelas remuneratórias e as medidas de aceleração do desenvolvimento das carreiras da função pública explicam a evolução destes valores entre o 3º trimestre de 2023 e o mesmo período de 2024.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2023		30/09/2024		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
63	Gastos com o pessoal	42 341,77	100%	46 451,24	100%	4 109,47	10%
63.0	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	736,29	2%	907,11	2%	170,82	23%
63.2	Remunerações do pessoal	32 976,04	78%	37 158,30	80%	4 182,26	13%
63.4	Indemnizações	145,12	0%	161,91	0%	16,79	12%
63.5	Encargos sobre remunerações	6 211,52	15%	7 287,98	16%	1 076,46	17%
63.6	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	527,88	1%	686,30	1%	158,42	30%
63.8	Outros gastos com o pessoal	1 557,55	4%	30,57	0%	-1 526,98	-98%
63.9	Outros encargos sociais	187,36	0%	219,06	0%	31,70	17%

milhares de euros

No 3º trimestre de 2024, os gastos em Fornecimentos e Serviços Externos perfazem o valor de 34.292,57 m€ e, entre os gastos mais relevantes, temos os Outros Serviços (24%), os Subcontratos e Parcerias (20%), a Eletricidade (11%) e as Rendas e Alugueres (10%).

O quadro abaixo mostra o total de gastos desta rubrica e o valor, peso relativo e variação de algumas das rubricas mais relevantes de Fornecimentos e Serviços Externos:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2023		30/09/2024		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
62	Fornecimentos e serviços externos	27 136,02	100%	34 292,57	100%	7 156,55	26%
62.1	Subcontratos e parcerias	5 017,74	18%	6 708,43	20%	1 690,70	34%
62.2.1.6	Organização de eventos	546,96	2%	897,66	3%	350,70	64%
62.2.1.9	Outros trabalhos especializados	1 797,98	7%	944,83	3%	-853,15	-47%
62.2.3	Vigilância e segurança	1 245,21	5%	1 881,15	5%	635,94	51%
62.2.5	Comissões	1 443,01	5%	1 588,78	5%	145,77	10%
62.2.6	Conservação e reparação	1 801,57	7%	1 635,91	5%	-165,66	-9%
62.4.1	Eletricidade	3 395,28	13%	3 844,61	11%	449,33	13%
62.4.1.1	Iluminação Pública	1 311,78	5%	1 160,11	3%	-151,67	-12%
62.4.1.2	Instalações Municipais	2 083,50	8%	2 682,79	8%	599,29	29%
62.6.1	Rendas e alugueres	2 815,87	10%	3 390,97	10%	575,10	20%
62.6.3	Seguros	424,06	2%	560,39	2%	136,33	32%
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	655,71	2%	1 370,98	4%	715,27	109%
62.6.9	Outros serviços	5 337,58	20%	8 175,87	24%	2 838,29	53%

milhares de euros

Outros Serviços (mais 2.838,29 m€), Subcontratos e Parcerias (mais 1.690,70 m€), Limpeza, Higiene e Conforto (mais 715,27 m€), Vigilância e Segurança (mais 635,94 m€) e a Eletricidade (mais 449,33 m€), na qual se incluem os gastos com Instalações Municipais (mais 599,29 m€), foram os que registaram maiores aumentos, em termos absolutos, comparativamente com os valores do 3º trimestre de 2023.

O aumento do valor de Subcontratos e Parcerias de 5.017,74 m€ para 6.708,43 m€ é explicado pelo aumento dos gastos com Transportes Escolares (de 91,54 m€ para 619,94 m€), pelos gastos com serviços de transporte para a prestação de cuidados de saúde pelas unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que totalizam 338,99 m€, mas sobretudo pela atividade das Cantinas Escolares que, nestes nove meses de 2024, totalizam 5.701,49 m€, enquanto que em igual período de 2023 o seu valor cifrou-se em 4.616,73 m€.

No caso dos Outros Serviços, estes agregam gastos tão diversos como a atribuição de cheques-oferta para aquisição de material escolar, aquisição de serviços de fornecimento de refeições escolares, serviços de manutenção das instalações municipais e tratamento das piscinas,

serviços de formação, segurança e desenvolvimento de atividades aquáticas nas piscinas ou o contrato de eficiência energética do sistema de iluminação. Estes serviços totalizam 8.175,87 m€ no final do 3º trimestre de 2024, sendo as rubricas mais relevantes as relativas à aquisição de serviços de Refeições Escolares e a aquisição de serviços de manutenção dos espaços verdes do Município.

Quanto aos gastos com Eletricidade, os dados comparativos revelam um acréscimo de 449,33 m€ entre o 3º semestre de 2023 e o de 2024, com tendências diversas das suas componentes: menos 151,67 m€ ao nível da Iluminação Pública e mais 599,29 m€ nos gastos com Instalações Municipais, aumento este influenciado, essencialmente, pelo facto de, o ano de 2024 incluir os encargos com eletricidade de instalações municipais abrangidas pela descentralização no âmbito da saúde (e que em 2023, só teve efeitos na estrutura de gastos do 4º trimestre).

A transferência de competências no âmbito da descentralização na área da saúde ocorrida a 01/10/2023 teve reflexos também, e entre outros, nos mais 715,27 m€ de gastos com Limpeza, higiene e conforto e nos mais 635,94 m€ de gastos de Vigilância e segurança.

Divididas entre Transferências Correntes, Subsídios Correntes e Transferências de Capital, a rubrica das Transferências e Subsídios Concedidos totalizaram 28.401,56 m€, representativa de 20% dos gastos, com a seguinte distribuição de valores, pesos relativos e variação face a 30/09/2023:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2023		30/09/2024		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
60	Transferências e subsídios concedidos	25 861,20	100%	28 401,56	100%	2 540,36	10%
60.1	Transferências correntes concedidas	12 984,23	50%	14 664,70	52%	1 680,47	13%
	Estado	1 806,42	7%	1 821,68	6%	15,25	1%
	Freguesias	3 188,07	12%	3 103,13	11%	-84,95	-3%
	Famílias	1 951,10	8%	610,28	2%	-1 340,82	-69%
	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	CCD - Centro de Cultura e Desporto	234,00	1%	234,00	1%	0,00	0%
	Outros	5 804,63	22%	8 895,62	31%	3 090,98	53%
60.2	Subsídios correntes concedidos	11 306,65	44%	11 526,39	41%	219,73	2%
	Águas de Gaia, E.M., SA	6 600,00	26%	6 600,00	23%	0,00	0%
	Gaiurb, EM	3 000,00	12%	3 000,00	11%	0,00	0%
	STCP - Soc. de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	1 706,65	7%	1 926,39	7%	219,73	-
60.4	Transferências de capital concedidas	1 498,47	6%	2 208,06	8%	709,60	47%
	Estado	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	Freguesias	547,35	2%	231,78	1%	-315,58	-58%
	Instituições sem Fins Lucrativos	951,11	4%	1 976,29	7%	1 025,18	108%
60.6	Transferências para cobertura de prejuízos	71,85	0%	2,40	0%	-69,45	-

milhares de euros

As Transferências e Subsídios Concedidos registam um aumento de 2.540,36 m€ neste 3º trimestre de 2024, face ao mesmo período de 2023, espelhando o aumento nas transferências correntes concedidas (mais 1.680,47 m€), nos subsídios correntes concedidos (mais 219,73 m€) e nas transferências de capital concedidas (mais 709,60 m€). As Transferências para cobertura de prejuízos diminuíram: menos 69,45 m€ comparativamente ao 3º trimestre de 2023.

Como se pode verificar no quadro acima, as Transferências correntes concedidas apresentam um aumento de 13%, dos quais, há que fazer nota do seguinte;

- Para o Estado - as transferências correntes para o Estado, no valor de 1.821,68 m€, dos quais 1.808,47 m€ resultam da delegação de competências do Sr. Presidente da Câmara nos Diretores de AE e ENA no âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, para o ano 2024;
- Para as Freguesias – totalizam 3.103,13 m€, representando uma variação ligeira face aos 3.188,07 m€ verificados em igual período de 2023. Esta verba inclui o montante de 2.354,28 m€ decorrentes do DL n.º 57/2019, que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias e 200 m€, no âmbito do Programa Gaia + Inclusiva – Emergência Social;
- Para as Famílias – somam 610,28 m€ no final do 3º trimestre de 2024, menos 1.340,82 m€ do que no mesmo período de 2023 explicados, sobretudo, pelo Protocolo celebrado entre os TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE e o Município de Vila Nova de Gaia: por um lado, nos valores registados a 30/09/2023 estão incluídos esses gastos e, por outro lado, o Orçamento de Estado para o ano de 2024, veio estabelecer a gratuidade dos passes 4_18 e Sub23 e, deste modo, a partir de 1 de janeiro de 2024 este encargo deixou de ser do Município e passou a ser assegurado pela Administração Central.

As Outras Transferências Correntes, que representam a 30/09/2024 cerca de 61% do total das transferências correntes concedidas, agregam todos os apoios concedidos pelo Município a diversas instituições sociais, culturais, humanitárias. Efetuando a comparação entre o 3º trimestre de 2024 e o seu período homólogo observa-se que as outras transferências correntes apresentam um aumento de 3.090,98 m€, passaram de 5.804,63 m€ em 2023 para 8.895,62 m€ em 2024, com destaque para o Protocolos colaboração - Acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social (1.790,40 m€), para o Protocolo de acordo GAIAaprende + (1.986,98 m€) e o Protocolo de colaboração GAIAaprende +i (829,20 m€). Em 2024, a Área Metropolitana do Porto definiu a comparticipação dos Municípios no PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária, relativa aos anos de 2022 e 2023, cabendo ao Município de Vila Nova de Gaia o valor de 1.655,54 m€.

O valor dos subsídios correntes concedidos, nestes nove meses de 2024, mantém-se praticamente ao nível do valor registado no período homólogo. Os 11.526,39 m€ verificados a 30/09/2024 resultam do registo do gasto relativo ao contrato programa com as Águas de Gaia, E.M., S.A., que ascende a 6.600,00 m€, do contrato programa com a Gaiurb Urbanismo e Habitação, E.E.M. no valor de 3.000,00 m€ e do contrato de concessão de serviço público de

transporte rodoviário de passageiros explorado pela S.T.C.P. – Soc. De Transportes Coletivos do Porto, S.A., no valor de 1.926,39 m€ (mais 219,73 m€ do que em igual período de 2023).

As Transferências de Capital concedidas registaram um aumento, dos 1.498,47 m€ do final do 3º trimestre de 2023, para 2.208,06 m€ no mesmo período de 2024, por via do acréscimo verificado ao nível dos apoios concedidos a Instituições sem Fins Lucrativos.

Análise das rubricas de Rendimentos

Os Rendimentos, no final do 3º trimestre de 2024, totalizaram 129.055,59 m€, apresentando um aumento de 16.649,23 m€, face ao idêntico período do ano anterior.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2023		30/09/2024		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
7	RENDIMENTOS	112 406,36	100%	129 055,59	100%	16 649,23	15%
70	Impostos, contribuições e taxas	50 575,78	45%	62 845,64	49%	12 269,86	24%
71	Vendas	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
72	Prestações de serviços e concessões	4 403,65	4%	4 101,86	3%	-301,79	-7%
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	47 110,44	42%	53 851,01	42%	6 740,57	14%
76	Reversões	0,78	0%	2,45	0%	1,68	216%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
78	Outros rendimentos	10 045,04	9%	7 793,72	6%	-2 251,33	-22%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	270,68	0%	460,92	0%	190,24	70%

milhares de euros

As fontes de receita com maior peso no total de rendimentos continuam a ser os Impostos, Contribuições e Taxas e as Transferências e Subsídios Correntes Obtidos que, em conjunto, representam 91% do total de rendimentos do 3º trimestre (no mesmo período de 2023, tiveram um peso de 87%).

As referidas rubricas registaram variações positivas relevantes face a 2023, com 14% de acréscimo na rubrica de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos e 24% de aumento na rubrica Impostos, Contribuições e Taxas em relação ao valor registado no final do 3º trimestre de 2023.

A rubrica de Prestação de serviços e concessões, em termos relativos, perdeu peso, passou de um peso de 4% do total dos rendimentos a 30/09/2023 para um peso de apenas 3% a 30/09/2024, evolução também verificada no seu valor absoluto que diminuiu cerca de 7%, passou de 4.403,65 m€ para 4.101,86 m€. Esta variação é justificada maioritariamente pelas receitas oriundas da rubrica “Concessões”. É de referir que a 30/09/2023, o Município contempla na rubrica de “concessões” o rendimento proveniente da 1ª prestação da concessão para a construção e exploração do complexo aquático de formação em terreno, no valor de 300 m€, valor registado no 1º trimestre de 2023.

A rubrica de Outros Rendimentos perdeu importância e passou de 10.045,04 m€ no final do 3º trimestre de 2023, para 7.793,72 m€ no mesmo período de 2024 (menos 2.251,33 m€). Esta variação é justificada, por um lado, pelo momento do registo da renda do 3º trimestre relativa à concessão de distribuição de energia elétrica paga pela E-Redes (em 2023, foi registada em setembro e em 2024 foi registada no início de outubro) e, por outro, pela alienação, em janeiro de 2023, do imóvel sito na R. Diogo Silves, freguesia de Santa Marinha, pelo valor de 412 m€.

No quadro seguinte é efetuada uma análise detalhada à rubrica de Impostos, contribuições e taxas:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2023		30/09/2024		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
70	Impostos, contribuições e taxas	50 575,78	100%	62 845,64	100%	12 269,86	24%
70.1	Impostos diretos	23 705,13	47%	24 440,76	39%	735,63	3%
	Derrama	8 135,68	16%	9 036,04	14%	900,36	11%
	Imposto municipal sobre imóveis	8 204,34	16%	7 492,36	12%	-711,98	-9%
	Imposto único de circulação	7 346,76	15%	7 900,28	13%	553,52	8%
	Contribuição Autárquica (CA)	18,34	0%	12,08	0%	-6,26	-34%
70.2	Impostos indiretos	22 886,56	45%	28 168,58	45%	5 282,02	23%
	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	22 886,56	45%	28 168,58	45%	5 282,02	23%
70.4	Taxas, multas e outras penalidades	3 984,09	8%	10 236,30	17%	6 252,21	157%
	Taxas	5,68	0%	9,37	0%	3,69	65%
	Taxas específicas das autarquias locais	3 158,06	6%	9 381,32	15%	6 223,26	197%
	Multas e outras penalidades	820,35	2%	845,61	1%	25,26	3%

milhares de euros

Analisadas a globalidade dos Impostos, Contribuições e Taxas, no final do 3º trimestre de 2024 constata-se um crescimento na ordem dos 24%, o que corresponde a mais 12.269,86 m€ face a idêntico período do ano de 2023.

Nos Impostos Diretos, nos primeiros nove meses de 2024, verificou-se um aumento da receita cobrada de 735,63 m€ (passou de 23.705,13 m€ para 24.440,76 m€), resultado dos aumentos verificados na Derrama e no IUC, de 900,36 m€ e 553,52 m€, respetivamente, os quais compensaram a descida verificada ao nível da receita do IMI (menos 711,98 m€). A Contribuição Autárquica regista um ligeiro decréscimo de 6,26 m€, contudo, este é um tributo residual.

Ao nível dos Impostos Indiretos, a receita cobrada corresponde na totalidade a IMT, e no final do 3º trimestre de 2024, à semelhança do verificado no mesmo período de 2023, representa o maior volume de receita cobrada de Impostos, Contribuições e Taxas, com 28.168,58 m€ e um crescimento de 5.282,02 m€ face a igual período de 2023.

As Taxas específicas das autarquias locais, na componente de Taxas, multas e outras penalidades, registaram um aumento relevante face ao mesmo período de 2023, mais 6.223,26 m€. De entre as Taxas específicas da Autarquia, tiveram especial relevância, em

termos de rendimentos até 30/09/2024, as Taxas de Ocupação da via pública que apresentam mais 6.053,29 m€ do que no período homólogo de 2023.

Se nas receitas de Impostos, Contribuições e Taxas se verificou uma variação de +24% (essencialmente explicada pelos montantes de IMT e Taxas específicas das autarquias locais arrecadados, como vimos acima), as receitas provenientes de Transferências e subsídios correntes também revelaram um significativo aumento, principalmente nas suas componentes mais importantes - transferências do Estado. Tal resulta das verbas recebidas pelo Município, nos três primeiros trimestres de 2024, no âmbito da transferência de competências nas áreas da educação (17.671,84 m€), da saúde (2.948,93 m€) e da ação social (1.883,84 m€). De referir que a Transferência de competências no âmbito da saúde se concretizou em outubro de 2023.

Nos nove primeiros meses de 2024, as Transferências e subsídios correntes obtidos ascendem a 53.851,01 m€, mais 6.740,57 m€ do que no período homólogo de 2023. Esta variação de +14% pode ser desagregada da seguinte forma:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2023		30/09/2024		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	47 110,44	100%	53 851,01	100%	6 740,57	14%
75.1.1.1	Estado	45 695,85	97%	53 302,41	99%	7 606,56	17%
	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	8 443,12	18%	7 267,55	13%	-1 175,56	-14%
	Fundo Social Municipal (FSM)	4 728,97	10%	5 556,88	10%	827,91	18%
	Participação no IRS	11 797,50	25%	13 334,39	25%	1 536,89	13%
	Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	19 638,12	42%	22 504,61	42%	2 866,48	15%
	Participação do IVA	1 035,35	2%	1 765,76	3%	730,41	71%
	Direção Regional de Educação Norte	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	Outros	52,79	0%	97,02	0%	44,23	84%
	Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	0,00	0%	2 776,19	5%	2 776,19	0%
75.1.1.2	Serviços e Fundos Autónomos	171,26	0%	170,80	0%	-0,46	0%
	Instituto Nacional de Emergência Médica	56,24	0%	64,30	0%	8,06	14%
	Serviço Nacional Bombeiros e Proteção Civil	11,89	0%	26,78	0%	14,88	125%
	Outros Serviços e Fundos Autónomos	103,12	0%	79,72	0%	-23,40	-23%
75.1.1.3	Administração Local	12,77	0%	0,00	0%	-12,77	-
	Municípios	12,77	0%	0,00	0%	-12,77	-100%
75.1.4	Resto do Mundo	1 230,55	3%	377,80	1%	-852,75	-69%
	Outras	1 230,55	3%	377,80	1%	-852,75	-69%

milhares de euros

No cômputo geral das transferências correntes do Estado, verifica-se um aumento significativo de 7.606,56 m€, aumento esse que é transversal a todas as suas rubricas, com exceção do Fundo de Equilíbrio Financeiro (menos 1.175,56 m€). Os valores recebidos ao abrigo da transferência de competências somaram a quantia de 22.504,61 m€, mais 2.866,48 m€ do que o valor recebido em igual período de 2023. Também se registam acréscimos quer nas transferências da Participação no IRS, de mais 1.536,89 m€, com montante arrecadado de 13.334,39 m€, quer nas transferências relativas ao Fundo Social Municipal e à Participação do IVA, com mais 827,91 m€ e 730,41 m€, respetivamente. Em 2024, pela primeira vez, os municípios puderam receber transferências do Estado ao abrigo do Art.º 35º, nº 3 da Lei nº

73/2013 como componente corrente da receita que, no caso de Município de Gaia, representou até 30/09/2024 um rendimento de 2.776,19 m€.

Em síntese, nos primeiros nove meses de 2024, quando comparado com igual período de 2023, o Município regista um aumento, quer nos Gastos, quer nos Rendimentos. De referir ainda que os Gastos a 30/09/2024 incluem a totalidade do cálculo das depreciações e amortizações do período.

Análise das rubricas de Investimentos

Os Investimentos, nos primeiros nove meses de 2024, registaram um aumento de 1% em termos globais, registando um total de 981.232,54 m€, mais 12.503,44 m€ face ao período homólogo de 2023. O quadro abaixo desagrega esse total por componentes de Investimento, comparando os valores registados a 30/09/2023 e a 30/09/2024:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2023		30/09/2024		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
4	INVESTIMENTOS	968 729,10	100%	981 232,54	100%	12 503,44	1%
41	Investimentos financeiros	131 259,07	14%	134 986,76	14%	3 727,69	3%
42	Propriedades de investimento	19 935,99	2%	19 564,25	2%	-371,74	-2%
43	Ativos fixos tangíveis	739 952,91	78%	768 210,86	78%	8 257,95	1%
44	Ativos intangíveis	611,99	0%	967,76	0%	355,77	58%
45	Investimentos em curso	56 969,15	6%	57 502,92	6%	533,77	1%

(valores após depreciações e amortizações) (milhares de euros)

Este aumento verificou-se de forma mais expressiva ao nível dos Ativos Fixos Tangíveis, que totalizam no final do 3º trimestre de 2024 o valor de 768.210,86 m€, mais 8.257,95 m€ do que em igual período de 2023. Os Investimentos Financeiros registaram um acréscimo de 3.727,69 m€, para os 134.986,76 m€, e os Investimentos em Curso somaram mais 533,77 m€ ao valor de 56.969,15 m€ registado a 30/09/2023.

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis, o grupo mais relevante é o dos Bens de Domínio Público, que no final do 3º trimestre de 2024 totalizam 395.141,52 m€, representam 51% dos Ativos Fixos Tangíveis e 40% do total de Investimentos. Os Edifícios e outras Construções, com o valor de 254.693,14 m€, são outra componente importante dos Ativos Fixos Tangíveis. De referir que até à data de recolha dos elementos que servem de base à presente análise estavam apuradas as amortizações e depreciações dos meses de janeiro a setembro de 2024.

Os Investimentos em Curso apresentam um acréscimo de 533,77 m€, passando de um valor registado a 30/09/2023 de 56.969,15 m€ para um montante de 57.502,92 m€ a 30/09/2024. Esta variação decorre essencialmente da rubrica de Edifícios e Outras Construções, que registou um aumento de 2%, mais 1.107,57€ face ao período homólogo, um montante total de

52.729,47 m€ no final deste período, podendo referir como obras importantes o Pavilhão Multiusos dos Arcos do Sardão (3.700,83 m€), a reformulação da Rede Viária e Pedonal da Estrada da Rainha, Ruas das Pedrinhas Brancas e Caminho do Senhor, nas Freguesias de Arcozelo e Serzedo (1.811,38 m€) e o Contrato de Mandato com a Gaiurb – Manutenção de Empreendimentos Sociais Programa 1º Direito - Urbanismo e Habitação, EM (1.289,27 m€).

As variações ao nível dos Investimentos Financeiros (mais 3.727,69 m€), resultam dos ajustamentos efetuados no âmbito do Método de Equivalência Patrimonial, com base nos elementos de prestação de contas fornecidos pelas entidades relativos a 2023. Além disso, foi efetuado o ajustamento da participação na Simdouro – Grupo Águas de Portugal no valor de 1.207,58 m€ realizado a 31/12/2023.

Indicadores Financeiros

O Município revela estabilidade ao nível dos indicadores financeiros, sendo os valores apurados para o a 30/09/2024 equiparados aos do período homólogo de 2023.

INDICADORES	30/09/2023	30/09/2024
Ativo Corrente / Ativo Total	8%	10%
Passivo Corrente / Passivo Não Corrente	19%	16%
Autonomia Financeira (Património Líquido / Ativo)	84%	84%
Liquidez (Disponibilidades / Passivo Corrente)	156%	201%
Solvabilidade (Património Líquido / Passivo Total)	507%	525%
Endividamento (Passivo Total / Ativo Total)	16%	16%
Investimentos / Ativo Corrente	1089%	941%
Investimentos / Ativo Total	92%	90%

Os indicadores Autonomia Financeira e Endividamento não sofreram qualquer alteração entre os períodos comparados, enquanto Peso do Ativo Corrente e Peso dos Investimentos no Ativo Total mostram uma ligeira variação de mais 2 p.p. e menos 2 p.p., respetivamente.

Podemos verificar que a capacidade financeira global do Município para solver a totalidade dos seus compromissos se mantém elevada, sendo o seu Património Líquido 5 vezes superior ao seu Passivo.

O grau de Liquidez regista um valor de 201%, e um acréscimo de 45 p.p. face ao período homólogo do ano anterior, resultado por um lado do aumento verificado de cerca de 13% nos meios financeiros líquidos (de 43.310,69 m€ em 2023, para 48.979,55 m€ em 2024), e por outro da diminuição na ordem dos 12% do Passivo Corrente (de 27.748,08 m€ em 2023, para 24.355,73 m€ em 2024).

Embora com um ligeiro aumento no valor dos Investimentos (mais 1%), o peso deste agregado no Ativo Corrente diminuiu para 941% por força da variação mais pronunciada do Ativo Corrente (mais 17% em setembro de 2024, face a igual período de 2023).

Contabilidade de Gestão

A Norma Contabilística Pública nº 27 tem como objetivo “estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.”

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

A contabilidade de gestão do Município assenta no plano de contas proposto pela NCP 27, o qual, partindo de uma reclassificação dos gastos por natureza (contabilidade financeira), para gastos por objeto de custeio (contabilidade de gestão), permite o apuramento dos custos por departamento, função, atividade, bem, serviço, etc.

Optou-se pela utilização do sistema de custeio baseado no cálculo dos gastos por funções.

Neste sentido, o valor total de gastos no 3º trimestre de 2024 foi de 141.680,34 m€, desagregado da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	30/09/2024	
	Valor (€)	%
Funções Gerais	46 058,99	33%
Serviços Gerais de Administração Pública	39 160,12	28%
Segurança e Ordem Públicas	6 898,87	5%
Funções Sociais	61 268,64	43%
Educação	36 302,19	26%
Saúde	2 869,82	2%
Ação Social	6 788,86	5%
Habituação e Serviços Coletivos	6 439,43	5%
Serviços Culturais, Desportivos e Recreativos	8 868,33	6%
Funções Económicas	20 161,72	14%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,24	0%
Indústria e Energia	2 097,77	1%
Transportes e Comunicações	17 590,34	12%
Comércio e Turismo	203,10	0%
Outras Funções Económicas	270,27	0%
Outras Funções	14 190,98	10%
Operações da Dívida Autárquica	2 449,14	2%
Transferências entre Administrações	3 614,70	3%
Projetos Financiados	5,18	0%
Encargos com Cobrança de Impostos	1 569,44	1%
Diversas Não Especificadas	6 552,52	5%
TOTAL	141 680,34	100%

milhares de euros

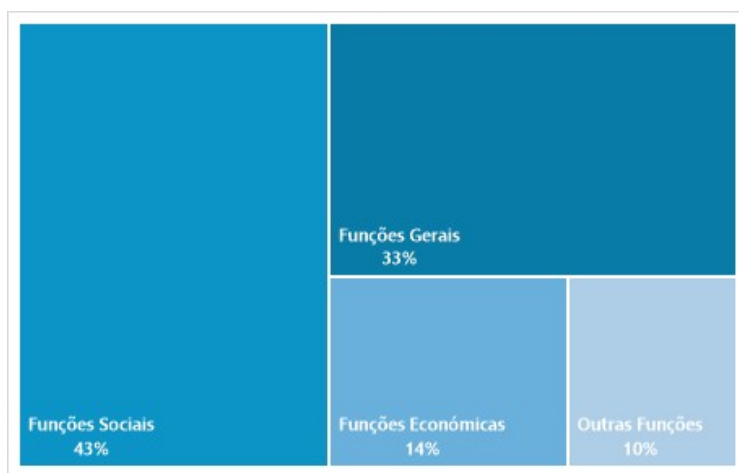
De acordo com o quadro anterior, verifica-se que as Funções Gerais apresentam um peso de 33% do total dos gastos, correspondente a 46.058,99 m€. Este grupo integra os Serviços Gerais a Administração Pública e a Segurança e Ordem Pública.

As Funções Sociais representam 61.268,64 m€, correspondendo a um peso de 43% dos gastos do Município. A rubrica da Educação contribui com a maior fatia do total dos gastos desta área de intervenção, com uns expressivos 59% e um valor absoluto de 36.302,19 m€. Os Gastos com os Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos abrangem 6% do total dos gastos e registam 8.868,33 m€, seguidos dos Gastos com Ação Social, com um montante de 6.788,86 m€ e dos Gastos com Habitação e Serviços Coletivos, com o valor de 6.439,43 m€, e ambos com um peso relativo de 5%.

De referir ainda que se encontram incluídos nas Funções Sociais os gastos relativos à Transferência de Competências que o Município assumiu, progressivamente desde 2022 como sejam, nomeadamente a Educação (concretizada em abril de 2022), a Ação Social (realizada em dezembro de 2022) e a Saúde (que ocorreu em outubro de 2023).

Se analisarmos as Funções Económicas concluímos que somam 20.161,72 m€, dos quais, cerca de 87% dizem respeito a gastos com Transportes e Comunicações que totalizam 17.590,34 m€.

Por fim, o grupo denominado Outras Funções apresenta um total de gastos de 14.190,98 m€, que engloba componentes como as Operações da Dívida Autárquica (2.449,14 m€), as Transferências ente Administrações (3.614,70 m€), os Encargos com Cobrança de Impostos (1.569,44 m€) e Outras não Especificadas (6.552,52 m€).



A ilustração acima evidencia o contributo de cada área funcional no total dos gastos dos primeiros nove meses de 2024, permitindo uma visualização gráfica do peso de cada um dos agregados.